



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

EDITAL Nº 37 - PRESI/DG/SAO/COMAP/SLC

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 37/2020 - SRP - TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS

PROCESSO SEI Nº 0002531-21.2019.6.01.8000

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria TRE/AC nº 7/2021 (0402293), torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, da Resolução CNJ n. 183/2013, e da Resolução TSE n. 23.234/2010, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data: 04/03/2021

Horário: 10h00min (horário de Brasília-DF)

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 070002

Fone: (68) 3212-4401 (geral) e 3212-4446 (pregoeiro)

1. DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Formação de Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses**, visando a eventual e futura contratação de de empresa especializada na *Prestação de Serviço Telefonia Fixa Comutada (STFC) Local, Longa distância Nacional (LDN), Acesso a Banda Larga e Discagem Direta a Ramais (DDR)*, para atendimento das necessidades de prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Eleitoral no Acre, nos termos e condições estabelecidos neste edital, de acordo com as especificações do Termo de Referência (Anexo I do edital), que integra este ato convocatório.
2. A licitação será realizada em 03 grupos de itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem cada grupo.
3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
4. Havendo divergências entre as especificações dos itens definidas no edital e as constantes do sistema eletrônico, prevalecerão aquelas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada somente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre, não sendo permitida a adesão por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3. DO CREDENCIAMENTO

1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tomem desatualizados.
 1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
2. Não será permitida a participação os interessados:
 1. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 4. reunidos em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 5. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, salvo comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;
 6. suspensos, temporariamente, de participar de licitações e de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, nos termos do art. 87, III, da Lei 8.666/93;
 7. impedidos de licitar e Contratar com a União, nos termos do art. 7.º da Lei 10.520/2002;
 8. declarados inidôneas para licitar ou para contratar com a Administração Pública;
 9. que tenha em seu quadro societário servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Acre;
 10. cujo sócio majoritário ou a própria empresa possuam inscrição no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ;
 11. que tenham sido declarados inidôneas pelo Tribunal de Contas da União, conforme art. 46 da Lei n.º 8.443/92;
3. Como condição para participação no Pregão, o licitante deverá:
 1. Assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 1. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 1. a assinalação do campo “não” não impedirá o prosseguimento no certame.
 2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7.º, XXXIII, da Constituição;
 6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
 7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
 2. Comprovar, mediante a apresentação das **declarações que constam do Anexo IV**, que:
 1. Em atenção à vedação prevista no **art. 19, inciso XI, da Lei 14.116/2020 - LDO 2021**, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa do Tribunal Regional Eleitoral do Acre;
 2. Em respeito às restrições constantes no **inc. VI e no § 3.º do art. 2º da Resolução CNJ 07/2005 (modificada pela Resolução CNJ 229/2016)**, não dispõe em seu quadro societário de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de

direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

1. A vedação constante do subitem 1 acima se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.
4. Em razão dos valores dos grupos e da natureza do serviço pretendido, o certame será realizado com ampla concorrência (não restrito a MEs ou EPPs), nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.
 1. Estarão, no entanto, aptas a usufruírem do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, as licitantes que declararem cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 3º da referida lei.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
 1. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
 1. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
 2. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
 3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 1. Número do grupo; número do item; especificação do serviço; unidade de medida; quantidade; preço unitário; total mensal; total para 12 meses, conforme Anexo Único do Termo de Referência.
2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
 1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do termo de contrato, ficam os **licitantes** liberados dos compromissos assumidos.
6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
 1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
7. A **proposta definitiva de preços**, ajustada ao lance vencedor, com detalhamento do objeto, com indicação dos preços unitário e total de cada item, limitados a duas casas

decimais, deverá ser enviada, no prazo fixado pelo Pregoeiro, não inferior a **02 (duas) horas**, exclusivamente pelo sistema (na opção “Enviar Anexo”).

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
2. Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e os **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**.
7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
 1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
 1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
19. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS**, conforme definido neste Edital e em seus anexos.
20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
21. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à

Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
 1. prestados por empresas brasileiras;
 2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
31. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao preço de referência estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
2. A proposta de preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
 1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 2. contenha vício insanável ou ilegalidade;
 3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 4. apresentar preço manifestamente inexequível;
 1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da

remuneração.

2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
 1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
 2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as propostas readequadas com o valor final ofertado.
8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
 1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
 2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.
9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 1. SICAF;
 2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
 3. A consulta aos cadastros de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 4. Constatado algum indício de tentativa de burla aos efeitos de sanção aplicada a outra empresa com quadro social semelhante ao de alguma licitante deste certame (ocorrências impeditivas indiretas), deverá o pregoeiro diligenciar para apurar tal fato, verificando, ao menos:
 1. as condições de constituição da pessoa jurídica ou do início da sua relação com os sócios da empresa sancionada;
 2. a atividade econômica desenvolvida pelas empresas;
 3. a composição do quadro societário e identidade dos

dirigentes/administradores;

4. compartilhamento de estrutura física ou de pessoal;
 1. Sendo observados indícios fortes de tentativa de fraude aos efeitos de penalidade aplicada a outra empresa, o pregoeiro deverá apurar e decidir sobre a conduta da licitante, após garantido o contraditório e ampla defesa.
 2. Caso a decisão considere a conduta como fraude, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, além avaliar a necessidade da aplicação das penalidades previstas no capítulo n.º 19.
 3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 2018.
 1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
 2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
 3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
 1. **Habilitação jurídica:**
 1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 2. no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
 4. no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
 6. decreto de CONCESSÃO ou AUTORIZAÇÃO perante a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
 2. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
 1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
 2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;.

3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
 1. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deve apresentar, no mesmo ato, a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação;
 2. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação previstos no edital e em seus anexos.
2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante}$$

4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

4. **Qualificação Técnica:**

1. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** são os seguintes:
 1. Declaração própria da Empresa de que possui as condições técnicas para realizar os serviços propostos no objeto da contratação, de acordo com lotes a que pretendam ofertar lance, especificando no teor da declaração, o número do contrato que concedeu a CONCESSÃO ou AUTORIZAÇÃO perante a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), sem demais prejuízos das demais comprovações obrigatórias pela legislação, que serão exigidas pelo pregoeiro no Edital de Licitação.
 1. Presumem-se verdadeiras as informações contidas na declaração, assumindo a licitante o compromisso de apresentar, quando solicitadas, as documentações originais, podendo arcar com as penalidades decorrentes de eventuais informações inverídicas.
 2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características e quantidades, com no mínimo 25% do objeto ou grupo de interesse do fornecedor, pelo período de 12 (doze) meses, por meio da apresentação de pelo menos 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica**, em nome do licitante, expedido por **pessoa jurídica de direito público ou privado**, que já tenham contratado com o proponente o objeto da presente licitação.
8. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.
 1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006,

estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
 1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
16. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
 1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada a caso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
 1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os

primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na *internet*, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de, no mínimo, trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, com registro em ata da síntese das suas razões, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.
2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará o mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("*chat*"), *e-mail*, ou, ainda, *fac-símile*, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 1. A convocação feita por *e-mail* ou *fac-símile* dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DO TERMO DE CONTRATO

1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, esta será formalizada por meio de termo de contrato, conforme a minuta que consta do Anexo II do edital, a qual tomará por base os dispositivos da Lei n.º 8.666/93, as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como as constantes da proposta apresentada pela empresa adjudicatária.
2. Após regular convocação por parte do TRE/AC, a empresa adjudicatária terá prazo máximo de **03 (três) dias úteis** para proceder à assinatura (eletrônica) do instrumento contratual, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital.

3. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
 1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
 2. Eventual registro da licitante no CADIN não impede a contratação, conforme decisão do STF na ADI 1.454/DF.
4. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a receber a Nota de Empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. DO REAJUSTE

1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS PENALIDADES

1. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa sobre o valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
 1. não manter a proposta - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 4 (quatro) meses e multa de até 2% sobre o valor estimado para a contratação.
 2. deixar de entregar a documentação exigida no certame - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 2 (dois) meses e multa de até 1% sobre o valor estimado para a contratação;
 3. comportar-se de modo inidôneo - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses e multa de até 8% sobre o valor estimado para a contratação;
 4. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses e multa de até 8% sobre o valor estimado para a contratação;
 5. cometer fraude fiscal - Pena: - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 40 (quarenta) meses e multa de até 10% sobre o valor estimado para a contratação;
 6. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses e multa de até 10% sobre o valor estimado para a contratação;
 7. Para as finalidades deste Edital, considera-se:
 1. "não manter a proposta": a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de

vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

2. "comportar-se de modo inidôneo": a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.
 3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
2. As sanções do **item 20.1** também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
 3. O período das penalidades de impedimento do direito de licitar previstas no **item 20.1** poderá ser majorado em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, quando restar comprovado que o contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF de penalidade aplicada no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas no **item 20.1**, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade.
 4. O período da penalidade de impedimento do direito de licitar prevista no **subitem 20.1.2** poderá ser reduzido em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:
 1. a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo;
 2. a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
 3. a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do licitante;
 5. Na aplicação das sanções, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os serviços e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.
 6. Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.
 7. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação em vigor.
 8. As penalidades poderão ser aplicadas em conjunto com as demais espécies de penalidades previstas neste instrumento, nos termos da legislação em vigor.
 9. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Administração.
 10. A aplicação das penas previstas neste Edital não exclui a responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.
 11. A disciplina acerca da aplicação de penalidades à futura contratada consta do Termo de Referência (Anexo I do edital).
 1. Não será aplicada penalidade se o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou motivo de força maior, comprovados pela contratada.
 12. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.
 13. Da sanção aplicada caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital se não o fizer no prazo previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que, tendo aceitado sem objeção o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.
3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.
4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico pregoeiro@tre-

6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica plena aceitação das condições estipuladas neste edital e seus anexos.
9. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre poderá adiar ou revogar a presente licitação por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no § parágrafo único do artigo 50 do Decreto 10.024/2019.
10. As decisões do pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente do TRE/AC.
11. Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas nas *home pages* do Tribunal (www.tre-ac.jus.br) e do site www.comprasgovernamentais.gov.br, ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.
12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.tre-ac.jus.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da Sede do TRE-AC, situado na Av. Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro Isaura Parente, CEP 69.918-308, Rio Branco-AC nos dias úteis, no horário das 07 às 14 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta Ata de Registro de Preços;

Anexo III - Minuta do Termo de Contrato;

Anexo IV - Declaração para fins de cumprimento do disposto na Resolução/CNJ n.º 07/2005 e do **art. 19, inciso XI, da Lei 14.116/2020 - LDO 2021**.

Jonathas Santos Almeida de Carvalho

Diretor Geral do TRE/AC

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1. Pretende-se formar registro de preços para eventual contratação de *Serviço Telefonia Fixa Comutada (STFC), na modalidade Local, de Longa Distância Nacional (LDN), de Serviço de Discagem Direta a Ramais (DDR) compatível com Central Privativa de Comutação Telefônica (CPCT-PABX), e Serviço de Comunicação Multimídia (SCM - Banda Larga Fixa)*, para a Justiça Eleitoral no Acre.

2. JUSTIFICATIVAS

1. Dar continuidade a prestação do *Serviço Telefonia Fixa Comutada (STFC) Local, Longa Distância Nacional (LDN), Acesso a Banda Larga e Discagem Direta a Ramais (DDR)*, em substituição aos contratos administrativos nº 02/2015(0003125), nº 14/2015 (0001193) e 18/2014 (0004972) e seus termos aditivos, junto as empresas OI S/A e Embratel.
2. Atender as necessidades de prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Eleitoral no Acre, como transmissão e divulgação de resultados da eleição, atendimento itinerante de eleitores, participação em eventos de atendimento público social, realização de reuniões, de cursos e de eventos da Escola Judiciária e Assessoria de Planejamento em locais externos ao Tribunal.
3. Redução de custos operacionais (gestão de contrato, assinatura básica, manutenção de equipamentos PABX), otimização e realocação da quantidade de linhas telefônicas instaladas.
4. O agrupamento dos itens justifica-se pela necessidade de se tornar mais eficiente o processo de aquisição do registro de preços.
5. A opção pelo registro de preços fundamenta-se pelo fato de que em função das características do serviço haja necessidade de contratações frequentes (Art. 3º do Decreto 7.892/2013 - item I.).

Grupos							
Grupo de Serviços a serem contratados							
Serviço de Discagem Direta a Ramais (DDR)							
	Item	Descrição do Serviço	Unidade	Qtde/Tráfego	Tráfego Mensal	Preço Unitário	Total Mensal
Grupo 01	1	Assinatura tronco Digital E1	Assinatura	Mês	6		
	2	Assinatura tronco Digital E1	Assinatura (por módulo de até 50 ramais)	Mês	6		
	3	Chamada local fixo-fixo	Minutos	Minutos	10.000		
	4	Chamada local fixo-móvel (VC1) M	Minutos	Minutos	10.000		
	5	Instalação de tronco Digital E1	Unidade	Instalação	12		
Total 12 meses:							
Prestação de Serviço Telefonia Fixa Comutada (STFC), na modalidade Local, Quantidades de franquia, assinatura básica e serviços do Acesso a Banda Larga - média mensal							
	Item	Assinaturas e Instalação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual	
	6	Assinatura Linha STFC Fixo	80				
	7	Instalação Linha STFC Fixo	80				
	8	Mudança de Endereço Linha STFC Fixo	03				
	9	Chamada Fixo-Fixo (Local)	10.000				
	10	Chamadas Fixo-Móvel (VC1)	10.000				
	11	Bloqueio Controlado Total (Cadeado Eletrônico)	80				
	12	Bloqueio DDI	80				
	13	Fixo-Móvel (VC1) Bloqueio Ligações a Cobrar	80				
	14	Auxílio a Lista (102)	1				
	15	Substituição de Número	1				
	16	Instalação do Serviço ADSL	10				
	17	Assinatura mensal Banda Larga ADSL - IP DINÂMICO - VELOCIDADE DE 5 Mbps	10				
		Assinatura mensal Banda					

Grupo 02	18	Larga ADSL - IP DINÂMICO - VELOCIDADE DE 10 Mbps	10			
	19	Assinatura mensal Banda Larga ADSL - IP DINÂMICO - VELOCIDADE DE 15 Mbps	10			
	20	Assinatura mensal Banda Larga ADSL - IP DINÂMICO - VELOCIDADE DE 20 Mbps	10			
	21	Assinatura mensal Banda Larga ADSL - IP DINÂMICO - VELOCIDADE DE 25 Mbps	10			
	22	Assinatura mensal Banda Larga ADSL - IP DINÂMICO - VELOCIDADE DE 35 Mbps	10			
Total 12 meses:						
Obs.: 1 - O custo mensal do serviço internet banda larga ADSL pode ser constituído pelo preço do acesso de dados, incluindo o preço da assinatura da linha telefônica direta;						
Obs.: 2 – Em razão da diversidade e infraestrutura do Estado e da operadora, a viabilidade técnica que viabilizará o acesso aos serviços ADSL pode ser confirmada no ato do pedido e instalação, podendo ser isenta de atender na localidade, ou mesmo poderá propor alternativa de localização geográfica, por tratarmos de serviços públicos em localidades públicas.						
Serviços e estimativa das franquias, LDN (Longa Distância Nacional)						
Grupo 03	Item	Descrição do Serviço	Unidade	Qtde/Tráfego	Preço Unitário	Total Mensal
	23	Ligação fixo-fixo intraregional		10.000		
	24	Ligação fixo-fixo interregional		10.000		
	25	Ligação fixo-móvel (VC2)		10.000		
	26	Ligação fixo-móvel (VC3)		10.000		
Total 12 meses:						

3. DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

- Através da portabilidade de Código de Acesso (portabilidade numérica), a Contratada preservará, sem custo adicional ao Contratante, os Códigos de Acessos a serem definidos como permanentes, a partir da lista de número constante no anexo I;
- A Contratada deverá vincular mensagem de aviso informativo, conforme prévio entendimento, para os Códigos de Acesso que forem definidos como inativos;
- Conforme prévio entendimento, promover a instalação dos Códigos de Acesso STFC Local (Serviço telefonia Fixa Comutada, Local), ativos, a partir da **relação do anexo I, e endereços de contato no anexo II;**
- Disponer de STFC LDN (Serviço Telefonia Fixa Comutada, Longa Distância Nacional), para viabilizar comunicação do Tribunal com outros entes da Federação;
- Disponer do Serviço DDR (*Discagem Direta por Ramal*), compatível com CPCT-PABX (*Central Privativa de Comutação Telefônica*), com enlace de até 30 linhas STFC, com blocos de até 50 ramais, nos endereços abaixo:
 - Para a Sede do Tribunal, 01 (uma) CPCT-PABX, com capacidade adequada ao enlace telefônico de até 4 (quatro) troncos E1, vinculando os Códigos de Acessos (68) 3212 4300 e (68) 3212 4400, no endereço: Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro Isaura Parente - Rio Branco CEP 69.918-308 ;
 - Para a CAE (*Central de Atendimento ao Eleitor - Cartórios da 1ª e 9ª Zonas*) em Rio Branco, 01 (uma) CPCT-PABX, com capacidade adequada ao enlace telefônico de 1 (um) tronco E1, no endereço: Fórum Eleitoral - Al. Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632;
 - Para o Cartório de Cruzeiro do Sul, 01 (uma) CPCT-PABX, com capacidade adequada ao enlace telefônico de 01 (um) tronco E1, no endereço: Av. 25 de Agosto, 4.661 - Aeroporto Velho CEP: 69980-000;
- Os serviços a serem contratados são de natureza continuada, pois visam atender as necessidades permanentes do Tribunal, em períodos eleitorais e fora dele;
- O quantitativo de Código de Acesso (STFC) e de serviços de acesso a banda larga são de caráter estimativo, não representando obrigatoriedade de instalação futura com a Contratada;
- O contrato prevê a mudança de endereço de instalação das linhas (STFC) conforme a

demanda e necessidade de uso do serviço;

9. O contrato prevê a instalação e desinstalação das linhas (STFC), conforme a demanda e necessidade de uso do serviço;
10. O contrato prevê a ativação e desativação dos serviços de acesso a banda larga, conforme a demanda e necessidade de uso do serviço;
11. Os Códigos de Acesso (STFC) ativos, contantes no anexo I, conforme entendimento prévio, deverão ser objeto de contratação imediata, com a preservação da portabilidade de seus números;
12. A Contratada fornecerá, em regime de comodato, os equipamentos ou acessórios que se façam necessários a prestação do serviço a que se destinam, sendo que o PABX não está incluso como equipamento ou acessório da prestação de serviço.
13. A Contratada se compromete a recolher os equipamentos e acessórios fornecidos na modalidade comodato, ao final do serviço prestado, sob pena dos mesmos serem incorporados, sem custo adicional, a base de patrimônio da Contratante;
14. Não será necessário que a Contratada promova a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, desde que atenda aos normativos da ANATEL;
15. O Contrato prevê que a *Prestação, Utilidade ou Comodidade (PUC)*, esteja presente, para futura adequação, ampliação melhoria ou restrição do uso dos serviços disponibilizados pela Contratada;
16. O Contrato prevê que os *Processos de Telefonia com o emprego de novas tecnologias*, estejam presentes para habilitação e futura adequação, ampliação melhoria ou restrição do uso dos serviços disponibilizados pela Contratada;
17. O Contrato prevê que o **Plano de Serviço, com inovações e novas tecnologias**, esteja presente para habilitação e futura adequação, ampliação melhoria ou restrição do uso dos serviços disponibilizados pela Contratada;
18. A Contratada deve conhecer que, em ano eleitoral, a Contratante demanda a instalação, desinstalação e Manutenção dos serviços do Contrato, com prazo de solução em horas, e para isto deve disponibilizar os contatos e serviço de plantão necessários a demanda;

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na definição de “serviços comuns”, nos termos do parágrafo único, do art. 1º Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002;
2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;
3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
4. Os serviços a serem contratados são de natureza contínua, com prazo de duração inicial de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, e não envolvem dedicação exclusiva de mão de obra;
 1. A extensão do prazo de contratação se dá por se considerar os serviços essenciais para a comunicação entre a Sede e suas unidades Cartorárias, PAEs e outros Regionais da Federação;
 2. Tratar-se de serviço que, envolve investimento, instalação de equipamentos e implantação de infraestrutura por parte da operadora, cuja demanda somente tem viabilidade, quando a contratação é de média e longa duração;
 3. A métrica de reajuste anual é designada por Ente Competente "ANATEL", que credencia as empresas operadoras concorrentes, e cujo índices são acatados por elas, que por sua vez, também são admitidos pela Administração e demais Entes da Federação;
 4. É possível realizar a estimativa dos créditos orçamentários, sendo os cálculos baseados na publicação dos índices de reajuste anteriores e projetados para os demais exercícios financeiros;
 5. O prazo da contratação está amparado pela Lei 8.666/93, onde admite-se, conforme exceção prevista no inciso II do citado art. 57, que contratos atinentes a serviços de natureza continuada sejam prorrogáveis até o limite de 60 meses;
 6. Para os termos do inciso III do art. 2º da Resolução TSE 23.234/2010, é possível considerar como serviço continuado "aquele cuja interrupção possa comprometer as atividades do Tribunal e cuja continuidade deva estender-se por mais de um exercício financeiro";
 7. Em se apresentado o pedido de reajuste, a Instituição terá a incumbência de reavaliar se o preço da contratação ainda se mantém similar ao praticado no mercado, não se descartando a descontinuidade da contratação;

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1. Não é obrigatória a vistoria aos locais de prestação dos serviços objeto desta licitação. No entanto, a licitante que desejar fazer a vistoria deverá agendá-la junto à Seção de Protocolo, telefone: (68) 3212-4451 das 07h às 14h, horário do Acre ou por e-mail: protocolo@tre-ac.gov.br.
2. Fica estabelecido que a participação do licitante no certame pressupõe aceitação às condições estipuladas no instrumento convocatório, tendo ciência das peculiaridades dos locais de instalação das linhas STFC;
3. A licitante deverá possuir concessão ou autorização da ANATEL para prestar o serviço telefônico comutada - STFC, na modalidade local, no estado do Acre.

6. ESTIMATIVA DE DESPESA

1. O valor anual estimado para esta despesa será levantado pela Seção de Compras, Licitações e Contratos. É baseada na média dos últimos dois anos de contrato, para o mesmo objeto, acrescido de 10%;

7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

1. A Contratada deve manter conformidade com a IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e suas orientações;
2. A Contratada deve respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste termo.
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e o prazo estabelecido neste termo, após cumpridas todas as formalidades legais.
3. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste termo, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas daquela.
4. Permitir o acesso do pessoal autorizado pela CONTRATADA, encarregado da realização dos serviços objeto deste contrato, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Em comum acordo, **estabelecer a data mensal de vencimento da fatura**, com lapso temporal adequado ao seu processamento e liquidação, por parte da contratante;
2. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, respeitando as condições ou exigências contidas no Edital e seus anexos.
3. Manter um preposto, responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante, para tratar diretamente com a CONTRATANTE, que será, inclusive, o responsável por dar atendimento aos pedidos de habilitação e desabilitação de serviços, instalação e desinstalação de linhas telefônicas, correções em faturas telefônicas e recebimento de ofícios e notificações dirigidos à empresa.
4. Manter atualizado o contato, inclusive de celular, e-mail ou outros meios do Preposto e demais técnicos responsáveis pela execução do contrato, junto a Contratante, para que, mesmo fora do horário de expediente, sem ônus, possam ser corrigidos problemas de execução dos serviços.
5. Disponibilizar número de acesso telefônico, com funcionamento ininterrupto para abertura de chamados, e que permita o registro de chamado em caso de indisponibilidade ou deficiência dos serviços.
6. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação corneta e eficaz.
7. Somente com prévio entendimento junto a Contratada, executar a suspensão dos serviços para a realização de manutenção ou melhoria da prestação do serviço.
8. Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços prestados.
9. Prestar os serviços de forma eficiente e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem.
 1. Em caso de problemas de execução cabe à CONTRATADA o ônus de identificar, diagnosticar, solucionar e apresentar por escrito as devidas justificativas. não devendo tais atividades excederem o prazo de 08 (oito) horas do registro da ocorrência.
 2. Caso o problema seja nos equipamentos ou instalações da CONTRATANTE a

CONTRATADA deve auxiliar na solução, com proposta apresentada em até no máximo de 07 (sete) horas após o diagnóstico.

3. As interrupções previamente agendadas e autorizadas pela CONTRATANTE, não se configuram em indisponibilidade.
4. As interrupções para instalação ou reparo serão realizadas em horário a combinar, preferencialmente durante os finais de semana ou fora do horário de expediente, sem acréscimos para o CONTRATANTE.
5. Deverá ser garantido um tempo máximo de indisponibilidade de até 30 (trinta) minutos por circuito por mês.
10. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
11. Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da licitação e em seus Anexos.
12. Iniciar a prestação dos serviços no prazo de 30 dias após a assinatura do contrato, podendo tal prazo ser prorrogado mediante apresentação de justificativa técnica a ser avaliada pelo TRE-AC, levando em conta as necessidades técnicas das empresas para a operacionalização dos serviços.
13. A Instituição terá sua infraestrutura interna preparada para receber o serviços de telefonia. Caso haja necessidade de adequar o ambiente aos equipamentos e acessórios da **prestadora de serviços**, ela arcará com o custeio, em conformidade com a visita técnica.
14. A CONTRATADA deverá informar com antecedência à CONTRATANTE os nomes e respectivos números de identificação dos funcionários, prestadores de serviços e representantes que necessitem ter acesso às instalações da CONTRATANTE, para comunicação prévia ao setor de segurança.
15. A CONTRATADA não deverá veicular publicidade acerca da contratação.
16. Fica a cargo da CONTRATADA a execução de medidas adicionais para minimizar a probabilidade de indisponibilidade de seus circuitos, visando atender os níveis de serviços contratados.
17. Responder por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.
18. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.
19. A CONTRATADA deverá responder por quaisquer interferências de intrusos nos circuitos em serviço, bem como zelar pela integridade do serviço objeto deste CONTRATO.
20. O serviços de manutenção e assistência técnica deverão ser disponibilizados durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive finais de semana e feriados, mediante atendimento por número 0800 ou similar.
21. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados no processo licitatório e no curso do contrato firmado.
22. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste CONTRATO, devendo orientar seus empregados neste sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.
23. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do CONTRATO, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
24. Não caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão do avençado.
25. Responsabilizar-se pelo integral cumprimento do objeto desse contrato, não transferindo total ou parcialmente seu objeto.

10. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE DE CONTRATAÇÃO

1. No item 5 do Capítulo 2 está prevista a quantidade inicial de instalação de *Códigos de Acesso STFC fixo*;
2. No item 5 do Capítulo 2, a estimativa de franquia inicial de consumo de LDN (Longa Distância Nacional);
3. Serão atendidas, a **instalação de Sistema de DDR e troncos E1** (Capacidade de 50 a 200 ramais):

1. A Sede do Tribunal em Rio Branco, com a instalação de CPCT-PABX, de até 200 ramais, até 4 troncos E1, no endereço: Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro Isaura Parente - Rio Branco CEP 69.918-308;
2. A Sede da CAE (Cartórios das 1ª e 9ª Zonas Eleitorais) em Rio Branco, com a instalação de CPCT-PABX, de até 50 ramais, 1 tronco E1, no endereço: Fórum Eleitoral - Al. Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632;
3. A Sede do Cartório da 4ª Zona Eleitoral, em Cruzeiro do Sul, com a instalação de CPCT-PABX, de até 50 ramais, 1 tronco E1, no endereço: Av. 25 de Agosto, 4.661 - Aeroporto Velho CEP: 69980-000;

11. DESCONTOS CONTRATUAIS

1. Os descontos contratuais deverão ser fornecidos para os serviços prestados, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana;
2. Os descontos contratuais serão fornecidos para todas as linhas telefônicas, inclusive para as que forem instaladas para uso em curto prazo de duração;

12. FATURAMENTO

1. Deverá ser apresentada pela CONTRATADA, mensalmente, fatura detalhada dos serviços prestados, de modo a permitir a conferência por parte da CONTRATANTE.
2. A fatura poderá ser disponibilizada em página da internet ou enviada por e-mail para **protocolo@tre-ac.jus.br** mediante versão digitalizada.
3. *O TRE-AC aceitará disponibilização da fatura através de meios eletrônicos fornecidos pela prestadora de serviços telefônicos.*
4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como na Nota de Empenho.
5. A disponibilização ou encaminhamento da fatura deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do último dia do período de prestação dos serviços, faturados, observando o prazo de 20 (vinte) dias de antecedência em relação à sua data de vencimento.
6. Serão retidos na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/ PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme instruções vigentes da Receita Federal do Brasil.
7. Todos os valores referentes a despesas e descontos, objeto do documento de cobrança pelos serviços prestados, deverão ser discriminados de forma detalhada, inclusive no que se refere a todas as chamadas locais entre telefones fixos.
8. Se no aceite do arquivo forem identificados erros que inviabilizem o ateste, a contratada será informada e deverá emitir e reencaminhar em até 20(vinte) dias corridos as devidas correções e respectivas prorrogações de vencimento.
9. Após o prazo de 20 (vinte) dias, a que se refere o item anterior, o mesmo será expirado, mesmo após o envio de nova fatura com os mesmos ou novos erros, devendo, após a data de encerramento do prazo, ser aplicada penalidade de multa.
10. A qualquer momento, após o aceite da futura, sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA para que, se for caso, seja feita glosa do valor correspondente no documento de cobrança.
11. Em caso de erro referente à cobrança de valor a maior, verificado após o pagamento da fatura, a CONTRATADA deverá atender às reclamações ou pedidos de esclarecimentos do Contratante sobre a cobrança dos serviços, fornecendo o desconto dos valores excedentes na fatura do mês posterior ao dos serviços.
12. Considera-se como fatura do mês posterior ao dos serviços, para efeitos de prazo para restituição dos valores pagos a maior a que se refere o item anterior, o documento emitido após o prazo de 10 (dez) dias corridos, iniciado na data de entrega da reclamação sobre a cobrança dos valores excedentes.
13. Para efeito de faturamento mensal só poderão ser cobrados os dias em que o circuito esteve integralmente habilitado, disponível e atestado pela CONTRATANTE.
14. Nos preços ofertados pela CONTRATADA deverão estar inclusos tributos, seguros, embalagem, transporte e demais despesas incidentes sobre o objeto desta licitação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer custos adicionais.

15. REAJUSTE

1. Será previsto nessa contratação, o realinhamento de preços, baseados na variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), publicado por entidade regulamentar "Anatel", na data base de cada exercício;

2. Terá por base a variação do IST, no período de início do contrato até data base do realinhamento de preços;
3. índice de reajuste = (IST (data base) - IST (incício do contrato) x 100) / IST (incício do contrato)

16. PENALIDADES

1. No caso de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas, a empresa contratada sujeitar-se-á às sanções previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei 8.666/93, em especial às seguintes penalidades:
 1. advertência;
 2. multa;
 3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar perante a Administração Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
2. A multa a ser aplicada observará os parâmetros:
 1. 1% (um por cento) do valor anual do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços, até o máximo de 10% (dez por cento), limite este que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 2. 5% (dez por cento) sobre o valor anual do contrato, na hipótese de inexecução parcial;
 3. 10% (dez por cento) sobre o valor anual do contrato na hipótese de inexecução total;
3. Será configurada inexecução total do objeto, quando:
 1. Houver o atraso injustificado, do início dos serviços, por mais de 20 (vinte) dias;
 2. Todo o serviço executado não for aceito pela fiscalização por não atender às especificações dos serviços contratados. durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação do serviço;
 3. Houver paralisação da prestação do serviço de forma injustificada por mais de 20 (vinte) dias; e
 4. A Contratada transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
4. Para efeito de aplicação de multas, serão atribuídos graus às infrações cometidas, conforme tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	% do custo fixo sobre o valor total do Contrato
1	Advertência
2	1% sobre o valor mensal do contrato
3	2% sobre o valor mensal do contrato
4	4% sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2 - INFRAÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos, ou do Contrato, não previstos nesta tabela, por item e por ocorrência.	1
2	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos, ou do Contrato. não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal do contrato, por itens.	2

3	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato o preposto conforme previsto no edital, por dia.	2
4	Atrasar a apresentação da garantia de execução do contrato por dia.	3
5	Entregar nota fiscal/fatura para pagamento em tempo superior ao estabelecido, no item 9.5, por dia	1
6	Em caso de interrupção dos serviços, deixar de restabelecê-lo no prazo de até 1 (uma) hora, por ocorrência, exceto se comprovado que a contratada concorreu para a ocorrência do problema.	1
7	Em caso de interrupção dos serviços, deixar de restabelecê-lo no prazo superior a 01 (uma) hora, por ocorrência, exceto se comprovado que a contratada não concorreu para a ocorrência do problema.	4

5. Também será considerada a inexecução parcial se a empresa enquadrar em pelo menos 01(uma) das situações descritas na tabela 3:

Situação	Grau da Infração	Quantidade de infrações
1	2	10
2	3	4
3	4	7

6. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com as penalidades previstas nos itens 1.3 e 1.4.

7. Na aplicação das sanções deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os serviços e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.

8. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação em vigor.

9. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. O valor da multa será descontado dos pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA. Caso não seja possível, ficará a CONTRATADA obrigado a recolher a importância devida no prazo de 20 (vinte) dias, contado da comunicação oficial.

11. Esgotados meios administrativos para cobrança, será solicitada a inscrição do débito na Dívida Ativa.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

1. Conforme análise de risco, evento 0305551 não será necessário apresentar garantia contratual.

ANEXO I – Relação de Código de Acesso STFC ativos

DDD	TELEFONE	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
68	32351623	Acrelândia	Av. Gov Edmundo Pinto s/n – Centro - Prédio da Prefeitura CEP: 69.945-000
68	35481330	Assis Brasil	Rua Eneide Batista, s/n CEP: 69935000
68	35463942	Brasiléia	Avenida Rui Lino, 1.128 - Centro CEP: 69932-000
68	35463933	Brasiléia	Avenida Rui Lino, 1.128 - Centro CEP: 69932-000
68	35483029	Brasiléia	Avenida Rui Lino, 1.128 - Centro CEP: 69932-000
68	35481097	Brasiléia	Avenida Rui Lino, 1.128 - Centro CEP: 69932-000
68	32311163	Bujari	Rua Raio de Sol, s/n, Bujari/AC CEP: 69923-000
68	32341010	Capixaba	Rua Ocimar Tessinari, 149 - Prédio da Sec. de Ação Social CEP: 69.931-000
68	33227137	Cruzeiro do Sul	Av. 25 de Agosto, 4.661 - Aeroporto Velho CEP: 69980-000
68	33224185	Cruzeiro do Sul	Av. 25 de Agosto, 4.661 - Aeroporto Velho CEP: 69980-000
68	33222462	Cruzeiro do Sul	Av. 25 de Agosto, 4.661 - Aeroporto Velho CEP: 69980-000
68	33222386	Cruzeiro do Sul	Av. 25 de Agosto, 4.661 - Aeroporto Velho CEP: 69980-000
68	35463029	Epitaciolândia	Br 317, Km I CEP: 69934000
68	34633966	Feijó	Rua Cornélio de Oliveira Lima, 81 - Cidade Nova CEP: 69960-000
68	34632223	Feijó	Rua Cornélio de Oliveira Lima, 81 - Cidade Nova CEP: 69960-000
68	34641073	Jordão	Rua Romildo Magalhaes, s/n CEP: 69.975-000
68	33431609	Mâncio Lima	R. Raimunda Pereira da Silva, 59 Centro CEP: 69990-000
68	36111144	Manoel Urbano	Rua Mendes de Araújo, s/nº - São José CEP: 69950-000
68	33251110	Marechal Thaumaturgo	Rua Luiz Martins, 298 – Centro CEP: 69983-000
68	32371228	Plácido de Castro	Rua Eptácio Pessoa, s/n - Centro - Prédio da Secretaria de Ação Social CEP: 69.928-0000
68	32331166	Porto Acre	Rodovia AC 10, Km 58, Livramento CEP: 69.921.000
68	33258031	Porto Walter	Rua Alfredo Sales, s/n – Centro CEP: 69982-000
68	32277688	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632

68	32277143	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32275544	Rio Branco	inativo
68	32274620	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32272451	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32272421	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32271664	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32271637	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32271564	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32264925	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32264901	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32264864	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32264760	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32264731	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32264726	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32264713	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32264504	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32261243	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32246387	Rio Branco	Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro Isaura Parente - Rio Branco CEP 69.918-308
68	32246013	Rio Branco	Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro Isaura Parente - Rio Branco CEP 69.918-308
68	32240641	Rio Branco	Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389, Bairro Isaura Parente - Rio Branco CEP 69.918-308
68	32279068	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32276457	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	32272233	Rio Branco	Fórum Eleitoral - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia CEP: 69.915-632
68	33421031	Rodrigues Alves	Rua Sena Madureira, 225 - Centro CEP: 69985-000
68	36151039	Santa Rosa do Purus	Rua Coronel José Ferreira, s/nº - Cidade Nova CEP: 69955-000
68	36124349	Sena Madureira	Rua Cunha Vasconcelos, 659 - Centro CEP: 69940-000
68	36122850	Sena Madureira	inativo
68	36122689	Sena Madureira	Rua Cunha Vasconcelos, 659 - Centro CEP: 69940-000
68	36122272	Sena Madureira	Rua Cunha Vasconcelos, 659 - Centro CEP: 69940-000
68	32322664	Senador Guimard	Rua Três de Maio, 1.397 - Centro CEP: 69925-000
68	32322653	Senador Guimard	Rua Três de Maio, 1.397 - Centro CEP: 69925-000
68	34621082	Tarauacá	Rua Floriano Peixoto, 160 - Centro CEP: 69970-000
68	34621021	Tarauacá	Rua Floriano Peixoto, 160 - Centro CEP: 69970-000
68	35422513	Xapuri	Rua Coronel Brandão, 1972 - Aeroporto CEP: 69.930-000
68	35422495	Xapuri	Rua Coronel Brandão, 1972 - Aeroporto CEP: 69.930-000
68	32344507		inativo
			Total de 56 códigos ativos

ANEXO II – Endereço de referência para contato e instalação, ordenados por município

SEQ.	DDD	TELEFONE	MUNICÍPIO	ENDEREÇO
1	68	32351623	Acrelândia	Av. Gov Edmundo Pinto s/n – Centro - Prédio da Prefeitura Municipal CEP: 69.945-000
2	68	35481330	Assis Brasil	Rua Eneide Batista, s/n CEP: 69935000
3	68	35463933	Brasiléia	Avenida Rui Lino, 1.128 - Centro CEP: 69932-000
4	68	35463942	Brasiléia	Avenida Rui Lino, 1.128 - Centro CEP: 69932-000
5	68	35481097	Brasiléia	Avenida Rui Lino, 1.128 - Centro CEP: 69932-000
6	68	35483029	Brasiléia	Avenida Rui Lino, 1.128 - Centro CEP: 69932-000
7	68	32311163	Bujari	Rua Raio de Sol, s/n, Bujari/AC CEP: 69923-000
8	68	32341010	Capixaba	Rua Ocimar Tessinari, 149 - Bairro Conquista - Prédio da Secretaria de Ação Social do Município CEP: 69.931-000
9	68	33222386	Cruzeiro do Sul	Av. 25 de Agosto, 4.661 - Aeroporto Velho CEP: 69980-000
10	68	33222462	Cruzeiro do Sul	Av. 25 de Agosto, 4.661 - Aeroporto Velho CEP: 69980-000
11	68	33224185	Cruzeiro do Sul	Av. 25 de Agosto, 4.661 - Aeroporto Velho CEP: 69980-000

12	68	32227137	Cruzeiro do Sul	Av. 25 de Agosto, 4.661 - Aeroporto Velho CEP: 69980-000
13	68	35463029	Epitaciolândia	Br 317, Km I CEP: 69934000
14	68	34632223	Feijó	Rua Cornélio de Oliveira Lima, 81 - Cidade Nova CEP: 69960-000
15	68	34633966	Feijó	Rua Cornélio de Oliveira Lima, 81 - Cidade Nova CEP: 69960-000
16	68	34641073	Jordão	Rua Romildo Magalhães, s/n CEP: 69.975-000
17	68	33431609	Mâncio Lima	R. Raimunda Pereira da Silva, 59 Centro CEP: 69990-000
18	68	36111144	Manoel Urbano	Rua Mendes de Araújo, s/nº - São José CEP: 69950-000
19	68	33251110	Marechal Thaumaturgo	Rua Luiz Martins, 298 - Centro CEP: 69983-000
20	68	32371228	Plácido de Castro	Rua Epitácio Pessoa, s/n - Centro - Prédio da Secretaria de Ação Social do Município CEP: 69.928-0000
21	68	32331166	Porto Acre	Rodovia AC 10, Km 58, Livramento CEP: 69.921.000
22	68	33258031	Porto Walter	Rua Alfredo Sales, s/n - Centro CEP: 69982-000
23	68	33421031	Rodrigues Alves	Rua Sena Madureira, 225 - Centro CEP: 69985-000
24	68	36151039	Santa Rosa do Purus	Rua Coronel José Ferreira, s/nº - Cidade Nova CEP: 69955-000
25	68	36122272	Sena Madureira	Rua Cunha Vasconcelos, 659 - Centro CEP: 69940-000
26	68	36122689	Sena Madureira	Rua Cunha Vasconcelos, 659 - Centro CEP: 69940-000
27	68	36124349	Sena Madureira	Rua Cunha Vasconcelos, 659 - Centro CEP: 69940-000
28	68	32322653	Senador Guiomard	Rua Três de Maio, 1.397 - Centro CEP: 69925-000
29	68	32322664	Senador Guiomard	Rua Três de Maio, 1.397 - Centro CEP: 69925-000
30	68	34621021	Tarauacá	Rua Floriano Peixoto, 160 - Centro CEP: 69970-000
31	68	34621082	Tarauacá	Rua Floriano Peixoto, 160 - Centro CEP: 69970-000
32	68	35422495	Xapuri	Rua Coronel Brandão, 1972 - Aeroporto CEP: 69.930-000
33	68	35422513	Xapuri	Rua Coronel Brandão, 1972 - Aeroporto CEP: 69.930-000

ANEXO II DO EDITAL – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ____ dias do mês de _____ de 2020, a União Federal, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, CNPJ n.º 05.910.642/0001-41, com sede na Av. Antônio da Rocha Viana, 1.389, Bairro Isaura Parente, cidade de Rio Branco/Acre, fones: 68-3212-4453 e 4427, e-mail: comap@tre-ac.jus.br, CEP 69918-308, doravante designado TRE/AC, neste ato representado por seu Diretor-Geral, _____, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n.º ____/20__, resolve REGISTRAR OS PREÇOS do prestador abaixo indicado, vencedor do Pregão Eletrônico/SRP n.º __/20__, para fins de prestação dos serviços especificados no Anexo único, observadas as disposições contidas nas Leis n.º 8.666/93 e suas alterações, 8.078/90, 10.520/2002; Decretos n.º 7.892/2013 e 10.024/2019.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1. A partir desta data, ficam registrados neste Tribunal, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de prestação de serviços constantes do Anexo Único deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

ITENS	FORNECEDOR
X	<i>Empresa</i> , com endereço na _____, n.º _____, bairro – Cidade – Estado – Tel (DDD) _____ e-mail: _____, representada por _____, CPF: _____.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

1. O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo TRE/AC mediante emissão da respectiva Nota de empenho e contrato, observadas as disposições contidas no edital do Pregão eletrônico/SRP n.º __/20__.
2. O compromisso de execução dos serviços só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de empenho, decorrente desta ARP e do pregão eletrônico/SRP n.º __/20__.
3. O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta ARP.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. O TRE/AC adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente ata.

- Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao TRE/Acre promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.
- Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE/Acre convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TRE-Acre poderá:
 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- Não havendo êxito nas negociações, o TRE-Acre deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.
- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem 5.1 será formalizado por despacho do Diretor-Geral do Tribunal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - Por razão de interesse público; ou
 - A pedido do fornecedor.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- A presente ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação de seu extrato no DOU – Seção 3, qual seja, ___/___/20__ a ___/___/20__.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- Esta ARP será divulgada no portal da Internet www.gov.br/compras-pt e no sítio www.tre-ac.jus.br.

8. DO FORO

- Fica eleito o Foro da Seção Judiciária Federal da Justiça Federal em Rio Branco/AC, para solucionar questões resultantes da aplicação desta ARP ou relativas a ela não resolvidas na esfera administrativa, com renúncia expressa a quaisquer outros.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o TRE/AC e o(s) fornecedor(es) registrado(s), na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio Branco/AC, ___ de _____ de 20__.

Jonathas Santos Almeida de Carvalho	_____
Diretor-Geral do TRE/AC	Representante do FORNECEDOR

FORNECEDOR, CNPJ _____					
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
X				R\$	R\$
Fabricante:					
Marca Modelo:					
Especificações:					

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA LOCAL, A SER PRESTADO AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, QUE ENTRE SI FIRMAM A UNIÃO E A EMPRESA _____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2020, a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, CNPJ n.º 05.910.642/0001-41, com sede na Av. Antônio da Rocha Viana, n.º 1.389, Bairro Isaura Parente, e-mail: comap@tre-ac.jus.br, fone: (68) 3212-4453/4427, CEP 69.918-308 – Rio Branco/Acre, neste ato representado por seu Diretor Geral, **Jonathas Santos Almeida de Carvalho**, competência que lhe foi atribuída pela Portaria TRE/AC n.º 265/2019, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na Rua _____, n.º __, Bairro: _____, cidade de _____, Estado __, neste ato representada por _____, brasileiro(a), estado civil: _____, cargo: _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, CPF n.º _____, doravante designada **CONTRATADA**, acordam em celebrar o Contrato, regido pelas disposições das Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/93, e Decretos n.ºs 10.024/2019 e 3.555/2000, e sob as cláusulas e condições adiante estipuladas, que mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Prestação de serviços de telefonia fixa, _____, pelo período de **12 (doze) meses**, conforme especificações constantes do Pregão Eletrônico n. ____/2020 e anexos, que integram o presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

1. A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos que integram o Processo SEI n.º 0002531-21.2019.6.01.8000 que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariarem:
 1. Edital Pregão eletrônico n.º ____/2020 e seus anexos;
 2. Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA, em ____/____/____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

1. O valor total estimado do contrato é R\$ _____ (_____).
2. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços os valores constantes das faturas atestadas pelo fiscal do contrato.
3. A CONTRATADA cobrará os valores indicados na planilha constante do Item __ do Capítulo __ Edital (a tabela será transcrita quando da redação final do instrumento contratual).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa com a prestação dos serviços, no exercício em curso, no montante de R\$ _____ (_____), está vinculada à nota de empenho _____ (ordinário, estimativo ou global) n.º ____/____, à Natureza de Despesa x.x.xx.xx - _____, e à Atividade, Projeto ou Operação Especial xx.xxx.xxxx.xxxx.xxxx - _____, do orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência 12 meses, a contar de ___/___/20___, encerrando-se em ___/___/20___.
2. A vigência contratual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, considerando-se o estabelecido no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, até o limite de 60(sessenta) meses, através de termos aditivos, na forma prevista no inciso II, do artigo 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante correspondência entregue contra recibo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos serviços, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

1. As tarifas somente poderão ser reajustadas de acordo com o disposto neste Contrato.
2. A periodicidade de reajuste do valor do presente CONTRATO será anual, contada a partir da data-limite para a apresentação da proposta, conforme disposto na Lei nº 10.192 de 14/02/2001, utilizando-se a variação do IST (ANATEL), mediante aplicação do índice do mês anterior à data-limite da apresentação da proposta e do índice do mês anterior ao mês previsto para o reajustamento.
3. No cálculo do 1º reajuste deverá ser utilizado o índice do mês anterior à data da proposta comercial e o índice do mês anterior à data prevista para o reajuste.
4. Para os reajustes subsequentes será utilizado o índice do mês anterior à data de concessão do último reajuste do CONTRATO e o índice do mês anterior à data prevista para o reajuste.
5. À época devida, a CONTRATADA habilitar-se-á ao pagamento do reajuste com apresentação de Notas Fiscais/Fatura distintas:
 - a. Uma relativa ao valor mensal reajustado;
 - b. Outra referente ao valor retroativo, se houver
6. Os reajustes tarifários somente poderão ocorrer caso a CONTRATADA tenha seu pleito de reajuste tarifário homologado pela ANATEL.
7. A CONTRATADA fica obrigada a encaminhar à CONTRATANTE todos os pleitos de reajuste tarifário homologados pela ANATEL, para que a Administração proceda à adequada fiscalização do Contrato, assim como ao atesto das faturas.

CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato poderá admitir a alteração contratual, desde que acompanhada de comprovação da superveniência de fato imprevisível, ou, se previsível, de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

1. **DO CONTRATANTE:**
 1. Vide Capítulo 8 do Termo de Referência (serão transcritas quando da expedição do termo definitivo).
2. **DA CONTRATADA:**
 1. Vide Capítulo 9 do Termo de Referência (serão transcritas quando da expedição do termo definitivo).

CLÁUSULA DEZ – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

1. A execução dos serviços será fiscalizada por servidor devidamente designado pelo CONTRATANTE, cujas atribuições básicas são:
 1. Solicitar à **CONTRATADA** e ao gestor indicado todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
 2. Notificar a **CONTRATADA** de todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quando implicarem aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato; e
 3. Quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.
2. Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o **CONTRATANTE** reserva-se ao direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, não restringindo em nada a responsabilidade da **CONTRATADA**.

3. Cabe à **CONTRATADA** atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade na ocorrência desta, tampouco co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA ONZE – DO PAGAMENTO

1. O pagamento mensal dependerá da real utilização do serviço, podendo haver variação entre as quantidades efetivamente utilizadas e as estimadas, constantes das Planilhas Anexas a este documento;
2. O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de vencimento, em moeda corrente, por meio de Ordem Bancária, – OB Fatura, mediante a apresentação de Nota Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações - NFFST.
3. Os serviços devem ser faturados de forma que o ciclo de faturamento tenha como competência um mês inteiro, ou seja, a fatura mensal deverá constar os serviços utilizados do 1º até o último dia do mesmo mês. Esta cláusula entra em vigência a partir do segundo faturamento, caso o contrato não se inicie no primeiro dia do mês.
4. Caso o TRE-AC não promova, por sua culpa, o pagamento no prazo pactuado e em observância ao disposto no art. 40, XIV, c, da Lei nº 8.666/93, o valor a ser pago será corrigido, mediante requerimento, monetariamente, adotando-se a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela paga; I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100) / 365;$$

TX = Percentual da Taxa Anual – 6% (seis por cento)

7. Sendo a contratada optante pelo SIMPLES, deverá a mesma apresentar cópia do respectivo termo de opção juntamente com a nota fiscal de fornecimento/prestação de serviços de modo que os tributos incidentes sobre a operação de venda dos mesmos sejam recolhidos naquela modalidade.
8. O TRE-AC, nos termos da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e IN SRF nº 1.234/2012, fará retenção, na fonte, de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para a Seguridade Social – COFINS, Contribuição para o PIS e Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

CLÁUSULA DOZE - DAS PENALIDADES

1. Vide Capítulo 14 do Termo de Referência (o qual será transcrito quando da redação final do termo de contrato).

CLÁUSULA TREZE – DA RESCISÃO DO CONTRATO

1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
 1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento do CONTRATADO, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências cauteladoras.

CLÁUSULA QUATORZE - DO FORO

1. As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rio Branco/AC, para dirimir controvérsias decorrentes deste instrumento de contrato não solucionadas na esfera administrativa.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento.

_____	_____
Diretor Geral do TRE/AC	Representante da Contratada

ANEXO IV DO EDITAL

**DECLARAÇÃO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO CNJ N.º 07/2005 E
DA LEI 14.116/2020**

Ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com endereço na Rua/AV. _____, n.º _____, Bairro _____, cidade de _____, por seu representante infra assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Em respeito às restrições constantes no **inc. VI e no § 3.º do art. 2º da Resolução CNJ 07/2005 (modificada pela Resolução CNJ 229/2016)**, não dispõe em seu quadro societário de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. A declaração também alcança as contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
2. Em atenção à vedação prevista no **art. 19, inciso XI, da Lei 14.116/2020 - LDO 2021**, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa do Tribunal Regional Eleitoral do Acre.

Local e data

Assinatura

Em 12 de fevereiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **JONATHAS SANTOS ALMEIDA DE CARVALHO, Diretor Geral**, em 12/02/2021, às 11:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0407072** e o código CRC **AB10A511**.